



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

**23 a 27 de fevereiro
2026**



Cenário Político

O retorno de Brasília após o feriado de Carnaval em 2026 configura uma semana de alta voltagem política, marcada pela retomada de pautas estratégicas e pelo acirramento das tensões entre os Poderes. O Congresso Nacional reinicia suas atividades com o governo federal tentando priorizar o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia no âmbito do Parlasul, ao mesmo tempo em que busca capitalizar politicamente o debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1. No entanto, a agenda legislativa enfrenta obstáculos significativos, como a resistência do Centrão à PEC da Segurança Pública e a polêmica em torno do PL Antifacção, que teve sua relatoria entregue ao deputado Guilherme Derrite, gerando desconforto na base governista devido às alterações promovidas no texto original.

No campo judiciário, o Supremo Tribunal Federal vive um momento de definição institucional com o julgamento da liminar do ministro Flávio Dino sobre a suspensão dos penduricalhos. A decisão atinge diretamente os rendimentos de servidores do Judiciário, Legislativo e Executivo que superam o teto constitucional, forçando um debate sobre a necessidade de uma lei nacional que regule as verbas indenizatórias. Paralelamente, o tribunal segue sob pressão devido aos desdobramentos do caso Banco Master, com a CPI do Crime Organizado analisando requerimentos que miram os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, em meio a novos pedidos de impeachment que circulam no Senado Federal.

O cenário eleitoral de 2026 também ganha novos elementos com a divulgação prevista das pesquisas AtlasIntel e Instituto Paraná. Estes serão os primeiros levantamentos a captar a percepção pública após o polêmico desfile de Carnaval que homenageou o presidente Lula, evento que gerou fortes críticas da oposição e de setores religiosos. Esses dados são aguardados com expectativa, uma vez que agregadores recentes já apontavam uma redução na vantagem do atual presidente frente ao senador Flávio Bolsonaro, consolidando uma polarização que deve ser o motor das manifestações de oposição convocadas para o próximo domingo em diversas capitais brasileiras.

Segurança Pública

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública foi adiada para o início de março pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, frustrando a expectativa inicial de análise antes do Carnaval devido à falta de consenso político. O relator da matéria, deputado Mendonça Filho, justificou que o período pré-carnavalesco atrasou as articulações e utilizará os próximos dias para realizar reuniões com as bancadas do PP e do União Brasil, além de aguardar um retorno do recém-empossado ministro da Justiça, Wellington César. O Palácio do Planalto e a base governista mantêm fortes resistências a trechos específicos do atual parecer, opondo-se principalmente à forma como o texto reorganiza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), ao modelo de repasse de verbas aos estados por meio de fundos nacionais e à controversa inclusão de um plebiscito sobre a redução da maioridade penal para 16 anos.

Diante do impasse nas negociações da PEC, o cenário legislativo passa a ser dominado pelo projeto Antifacção, que tramita em regime de urgência constitucional e passa a trancar a pauta da Casa para projetos de lei ordinários. Consequentemente, Hugo Motta deve inverter a ordem de prioridades desejada pelo governo Lula e dar celeridade à votação dessa medida contra o crime organizado já nesta semana. Essa movimentação gera grande apreensão no Executivo, que teme uma articulação dos deputados para derrubar as alterações feitas pelo Senado. Caso isso ocorra, prevalecerá o texto original da Câmara, relatado pelo deputado Guilherme Derrite, que possui um viés punitivista considerado excessivamente duro pelo governo.

Apesar de Mendonça Filho defender que a PEC seja apreciada antes do PL Antifacção para não perder o protagonismo, a regra legislativa permite que propostas de emenda à Constituição e medidas provisórias sejam votadas mesmo com a pauta trancada. Sendo assim, o avanço das propostas de segurança pública agora depende estritamente da capacidade de articulação entre Hugo Motta, o relator e os líderes partidários para equilibrar os interesses do centrão, da oposição e do governo federal.

Escala 6x1

A discussão sobre o fim da escala de trabalho 6x1 ganhará tração na Câmara dos Deputados nesta semana, impulsionada por um embate estratégico sobre o formato de tramitação da proposta. O presidente da Casa, Hugo Motta, anunciou que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Leur Lomanto Jr., indicará nos próximos dias o relator das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) apensadas — de autoria

Perspectiva semanal

de Erika Hilton e Reginaldo Lopes, que limitam a jornada a 36 horas semanais.

O cronograma prevê a votação da admissibilidade até o final de março para, em seguida, submeter o texto a uma comissão especial, garantindo um debate que ouça tanto trabalhadores quanto o setor empresarial, sem atropelos regimentais.

Paralelamente, o presidente Lula buscará convencer Motta a abandonar as PECs e pautar um Projeto de Lei (PL) de urgência a ser enviado pelo governo. A preferência do Planalto pelo PL reside na tramitação mais rápida e na exigência de maioria simples, o que viabilizaria a aprovação antes do recesso de julho, diferentemente do rito longo e do alto quórum exigidos por uma PEC.

No entanto, a opção constitucional favorece Motta politicamente, pois atende ao apelo popular ao iniciar o debate, mas oferece ao empresariado o tempo necessário para intervir, um ritmo cadenciado que só deve ser alterado caso o Senado se antecipe e vote a proposta semelhante que já tramita em estágio avançado por lá.

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



A homenagem ao presidente Lula promovida pela Acadêmicos de Niterói gerou desdobramentos em duas frentes.

Na esfera jurídica, a oposição acionou a Justiça Eleitoral sob a acusação de propaganda antecipada. Já no campo político, o desfile ampliou o desgaste com o segmento evangélico, público historicamente resistente ao petista.

A tensão foi motivada pela ala "Neoconservadores em conserva", que representou famílias presas em latas carregando símbolos religiosos.

ECONOMIA



A economia brasileira perdeu fôlego em 2025 e registrou seu desempenho mais fraco desde 2020.

Segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, indicador que funciona como uma prévia do PIB, o país teve um crescimento de 2,5% no ano.

O resultado confirma uma desaceleração clara das atividades em comparação à alta de 3,7% observada em 2024.

SOCIAL



O desemprego no Brasil encerrou o quarto trimestre de 2025 com uma taxa de 5,1%, consolidando uma retração tanto em relação ao trimestre anterior, que marcou 5,6%, quanto ao mesmo período de 2024, quando o índice era de 6,2%.

De acordo com os dados do IBGE, esse recuo nacional refletiu a redução da desocupação em seis estados do país.

Notícias da Semana



STF é a principal pauta política no início do jogo eleitoral

FOLHA DE S.PAULO



PEC da Segurança quer manter pena integral em feminicídio e pedofilia



Os passos até que Pacheco decida sobre candidatura ao governo de Minas

veja



Desgastado pela crise do Master e do BRB, Ibaneis tenta evitar dobradinha Michelle-Bia Kicis para sair ao Senado

O GLOBO



André Mendonça, do STF, chama nova reunião com a PF para discutir investigação do Banco Master

ESTADÃO 



Mirando eleição, PT faz concessões, e Motta inicia tramitação da PEC da 6x1





Sessão Plenário Ordinária

Terça-feira (24) - 14h

MP 1317/2025 - Proteção de Dados

MP 1317/2025 - Poder Executivo - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para tratar da Agência Nacional de Proteção de Dados, a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para criar a Carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, transforma cargos no âmbito do Poder Executivo federal, e dá outras providências.

Relator: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

Parecer: favorável à medida provisória, pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 40, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.



CPICRIME

Terça-feira (24) - 09h - Local : Plenário n° 3

Finalidade: Oitiva do Senhor Conrado Leister, Diretor-Geral da Meta no Brasil

Convidado:

- **Conrado Leister - Diretor Geral da Meta no Brasil**

Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (24) - 11h - Local : Plenário n° 9

PDL 190/2023 - Susta decreto que restringiu acesso a armas

PDL 190/2023 - Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) - Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a aplicação do Decreto n° 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

Relator: Marcio Bittar (PL-AC)

Parecer: favorável ao PDL n° 190/2023 e pela prejudicialidade dos PDLs n°s 193 e 213, ambos de 2023.

**Até o momento da
elaboração desta agenda,
a pauta do Plenário da
Câmara dos Deputados
não foi publicada.**

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (24) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 3080/2025 - Reconhece os “Jogos Mundiais de Policiais e Bombeiros” como evento esportivo

PL 3080/2025 - Reconhece os “Jogos Mundiais de Policiais e Bombeiros” (World Police and Fire Games - WPMFG), como evento esportivo de relevante interesse nacional, inclui-o no Calendário Oficial de Eventos Desportivos do Brasil e autoriza programas de apoio por parte dos órgãos de segurança pública.

Relator: Kim Kataguiri (UNIÃO-SP)

Parecer: pela aprovação deste com substitutivo.

Comissão de Constituição e Justiça.. (CCJC)

Terça-feira (24) - 14h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

PL 3832/2025 - Veda aplicação de atenuantes para crimes com violência sexual

PL 3832/2025 - Amplia as vedações de aplicação de circunstâncias atenuantes e de redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra homens, crianças e adolescentes.

Relator: Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO)

Parecer: pela aprovação deste com substitutivo.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*